



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI MUNICIPAL Nº 2.407/2012, DE 20 DE MARÇO 2012.

~~Autoriza o Município de Novo Hamburgo a destinar auxílio financeiro à Associação de Desenvolvimento Tecnológico do Vale - Valetec, e dá outras providências. Autoriza o repasse de auxílio financeiro do Município de Novo Hamburgo à Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo, para desenvolvimento e fomento tecnológico. (Redação dada pela Lei nº 2.782, de 17 de dezembro de 2014.)~~

~~**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal, com base no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 18 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, autorizada a conceder auxílio financeiro, no valor anual de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), à Associação de Desenvolvimento Tecnológico do Vale - Valetec.~~

~~**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal, com base no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 18 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, autorizada a conceder auxílio financeiro, no valor anual de R\$ 266.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), à Associação de Desenvolvimento Tecnológico do Vale - Valetec. (Redação dada pela Lei nº 2.495, de 23 de novembro de 2012.)~~

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, mediante instrumento correspondente, com base no art. 16 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o artigo 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, auxílio financeiro a entidade relacionada no Anexo I desta Lei, mediante contrato de Gestão ou Convênio próprio a ser firmado nos termos da legislação vigente, conforme os valores previstos para cada exercício. *(Redação dada pela Lei nº 2.782, de 17 de dezembro de 2014.)*

Parágrafo único. Para suportar as despesas previstas nesta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar dotações orçamentárias próprias, previstas na Lei Orçamentária Anual de 2014, podendo utilizar-se da edição de decretos executivos para abertura de créditos adicionais especiais e/ou suplementares, no montante de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), no exercício de 2014. *(Redação acrescentada pela Lei nº 2.782, de 17 de dezembro de 2014.)*

~~**Art. 2º** O auxílio financeiro que trata essa Lei visa mútua colaboração com o objetivo de subsidiar custeio e despesa de locação e instalações prediais, encargos, estrutura administrativa e o desenvolvimento de cooperação mútua visando atuação na área de fomento tecnológico e de empreendedorismo, que será liberado no curso do exercício de 2012, em~~



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

~~conformidade com o respectivo convênio a ser firmado nos termos do art. 116, da Lei Federal nº 8.666/1993.~~

~~**Parágrafo único.** Para a efetivação do repasse financeiro, deverá ser firmado o correspondente Convênio, contemplando as diretrizes fixadas pela presente Lei, podendo fixar vigência a partir de 01/01/2012.~~

Art. 2º O auxílio financeiro que trata essa Lei visa mútua colaboração com o objetivo de subsidiar custeio e despesa de locação e instalações prediais, encargos, estrutura administrativa e o desenvolvimento de cooperação mútua visando atuação na área de fomento tecnológico e de empreendedorismo, que será liberado no curso dos respectivos exercícios financeiros, em conformidade com o respectivo convênio ou congênere, a ser firmado nos termos do art. 116, da Lei Federal nº 8.666/1993. *(Redação dada pela Lei nº 2.782, de 17 de dezembro de 2014.)*

~~**Art. 3º** A entidade beneficiária deverá observar, tanto para obtenção da contribuição pleiteada, quanto para a respectiva prestação de contas, o que se contém no Manual para Concessão Social e Prestação de Contas instituído pelo Decreto nº 2.336, de 12 de dezembro de 2005, observando, ainda modo complementar, as exigências elencadas pelo art. 115 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.~~

~~**§ 1º** Fica a Entidade beneficiária obrigada a manter conta bancária específica em instituição bancária oficial, para recebimento e movimentação do valor correspondente à subvenção a ser repassada.~~

~~**§ 2º** Os valores recebidos e não utilizados em um período igualou superior a 30 (trinta) dias devem ser aplicados em caderneta de poupança em instituição bancária oficial.~~

~~**§ 3º** Os rendimentos das aplicações financeiras devem fazer parte integrante da prestação de conta, bem como aplicados em sua totalidade no objetivo desta subvenção, estando sujeito às mesmas condições de prestação de contas exigidas dos recursos originalmente recebidos.~~

~~**§ 4º** Compete à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia, Trabalho e Turismo – SEDETUR, fiscalizar e acompanhar a aplicação da verba prevista.~~

~~**§ 5º** O prazo para prestação de contas dos recursos liberados atenderá ao estabelecido no artigo 1º, VI, do Decreto nº 2.336/2005.~~

Art. 3º A entidade beneficiária deverá observar, tanto para obtenção da contribuição pleiteada, quanto para a respectiva prestação de contas, o que se contém no Manual para Concessão Social e Prestação de Contas instituído pelo Decreto nº 2.336, de 12 de dezembro de 2005, ou outro que vier a substituí-lo, observando, ainda modo complementar, as exigências elencadas pelo art. 115 da Lei Federal nº 8.666/1993. *(Redação dada pela Lei nº 2.782, de 17 de dezembro de 2014.)*

Art. 4º A qualquer tempo, verificada a destinação contrária ao acordado na aplicação do auxílio financeiro, ou no preponderante interesse público, o auxílio versado poderá ter sua liberação cancelada, total ou parcialmente.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 5º Caso os recursos venham a ser utilizados em finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho, ou a respectiva prestação de contas deixar de ser apresentada no prazo ou no modo exigidos ou resultar rejeitada, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovada, a Entidade beneficiária deverá restituir o montante recebido, acrescido dos respectivos rendimentos financeiros, computados desde o recebimento de cada parcela.

~~**Art. 6º** Para suportar as demais despesas previstas nesta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar dotação orçamentária próprias, previstas na Lei Orçamentária Anual de 2012, mediante abertura de crédito adicional especial e/ou suplementar, no montante de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).~~

~~**Parágrafo único.** A dotação orçamentária, prevista na lei orçamentária anual compreende a seguinte rubrica: 1.01.02.07.02.00.004.122.0004.2.005.03142.0000.~~

~~**Art. 6º** Para suportar as demais despesas previstas nesta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar dotação orçamentária próprias, previstas na Lei Orçamentária Anual de 2012, mediante abertura de crédito adicional especial e/ou suplementar, no montante de até R\$ 266.000,00 (duzentos e sessenta e seis mil reais). *(Redação dada pela Lei nº 2.495, de 23 de novembro de 2012.)*~~

Art. 6º Para suportar as demais despesas previstas nesta Lei, fica o Poder executivo Municipal autorizado a utilizar dotações orçamentárias próprias, previstas na respectiva Lei Orçamentária Anual, mediante Decreto do Poder Executivo para abertura de crédito adicional especial e/ou suplementar, no montante de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). *(Redação dada pela Lei nº 2.782, de 17 de dezembro de 2014.)*

Art. 7º Essa Lei entrará em vigor data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, aos 20 (vinte) dias do mês de março do ano de 2012 .

TARCÍSIO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

RACHEL TOMASI DE MELO
Secretária Municipal de Administração



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Anexo I

Entidade	CNPJ	Valor em R\$
ASSOCIAÇÃO PRÓ- ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO - ASPEUR	91.693.531/0001-62	De acordo com o previsto na Lei Orçamentária Anual de cada exercício

(Redação do anexo I dada pela Lei nº 2.782, de 17 de dezembro de 2014.)